

V EPCT

Encontro de Produção Científica e Tecnológica
26 a 29 de outubro de 2010

NUPEM
Núcleo de Pesquisas Multidisciplinar

FECILCAM
Fórum, Grêmios, de Qualidade



O APOORTE ORGANIZACIONAL E INSTITUCIONAL PARA O FORTALECIMENTO DA CADEIA TRITÍCOLA DO MUNICÍPIO DE PALOTINA, OESTE PARANAENSE

OSTROSKI, Diane. Mestre em Economia e Professora Assistente dos Cursos Tecnológicos em Biocombustíveis, Biotecnologia e Aqüicultura da UFPR, Palotina-PR, Brasil,

dianeostroski@ufpr.br

VANZELLA, Edson. Graduando do Curso Superior de Tecnologia em Biocombustíveis, UFPR, Palotina-PR, Brasil, edson.vanzella@hotmail.com

KRONBAUER, Eliane Schwingel. Graduanda do Curso Superior de Tecnologia em Biocombustíveis, UFPR, Palotina-PR, Brasil, elianekronbauer@yahoo.com.br

INTRODUÇÃO

Em quase 500 anos de história no Brasil, o trigo sempre teve importância por ser a base para produção dos mais variados alimentos, como as massas, os biscoitos e os pães, presentes diariamente à mesa do brasileiro. Originário de região de clima e solo diferentes, o grão foi adaptado, e acabou se tornando fator de alta produtividade em determinadas regiões, como a Oeste paranaense.

Nesta região, localiza-se o município de Palotina, que possui terras férteis, reconhecidas pela alta produtividade. Atualmente, essas terras se destinam às culturas de soja e milho, sendo que já foram dominadas pela cultura tritícola, quando haviam políticas de preço para a comercialização e assim, a paisagem de inverno era essencialmente tomada pelos trigais. Encontrar um pequeno agricultor cultivando trigo na atualidade é muito raro. Na grande maioria dos casos, grandes áreas se destinam ao cereal de inverno, que tem importante função na rotação de culturas e no plantio direto. Com a instabilidade de preços, os grandes agricultores podem armazenar e vender o produto em ocasião mais propícia, quando os preços forem mais favoráveis.

Embora de maneira um tanto tímida, principalmente pelo desinteresse dos agricultores em plantar o trigo, algumas instituições tentam manter viva a presença do trigo em terras paranaenses. Órgãos municipais, estaduais e federais mantêm programas de incentivo e custeio, além dos sindicatos, que são o elo entre produtores, cerealistas e organizações políticas que norteiam as decisões voltadas para a agricultura.

Em meio a esse cenário, a necessidade básica diária do pão, alimento básico proveniente da farinha de trigo, que embora necessite das importações para manter os moinhos nacionais abastecidos e trabalhando, tem na região de Palotina uma forte presença através do moinho Cotriguaçu. Este é formado por quatro cooperativas, que direcionam



parte de suas produções para a moagem, facilitando a comercialização do grão recebido de seus associados. A participação do depois da porteira é essencial para que ainda haja interesse em alavancar a cultura do trigo localmente. Ou seja, a participação dos ambientes institucional e organizacional é essencial para que a cadeia em questão tome novo rumo: fortalecimento político e incentivo à produção, para alcançar menor dependência externa.

O APORTE ORGANIZACIONAL E INSTITUCIONAL DE UMA CADEIA PRODUTIVA

Entende-se por ambiente organizacional aquele onde exista a união de grupos de indivíduos vinculados a algum propósito comum ou afinidade em seus objetivos. Esses julgam que ações conjuntas têm um sinergismo maior do que cada um trabalhando isoladamente, ou seja, a união das ações proporciona maior organização para atingir os objetivos, quando são coordenadas, e somente conseguem atingir os resultados esperados se houver a coordenação das ações de seus membros (Bitencourt, 2008).

As organizações podem ser grupos políticos (partidos políticos, Câmara dos Deputados, Senado e órgãos reguladores) ou grupos econômicos (empresas, sindicatos, cooperativas, associações rurais). As oportunidades captadas pelas organizações são fornecidas pelas estruturas institucionais.

O ambiente institucional constitui-se como apoio fundamental para o fortalecimento de uma cadeia produtiva. Este promove o desenvolvimento das atividades econômicas, bem como as ações políticas, legais e sociais que governam a base da produção, troca e distribuição. As instituições são importantes no sistema econômico quando existem diferentes níveis de informação entre os agentes econômicos, de incerteza no mercado, e grande número de concorrentes. Aliados a esses elementos, há os custos de transação, que criam pontos críticos no desempenho econômico. Nesse ambiente turbulento e incerto, é necessário que existam "regras" que balizem e orientem a direção a ser tomada, para que os problemas relacionados às interações entre os agentes sejam resolvidos, e os acordos de troca sejam estabelecidos e cumpridos. O conjunto de instituições econômicas e políticas formam a matriz institucional da sociedade (SAES, 2000).

Quando o ambiente institucional não possui estabilidade em seu sistema político, social e econômico, geram-se incertezas, com a possibilidade maior de ocorrência de ações oportunistas. Ademais, a instabilidade do ambiente institucional político, judiciário e social pode acarretar um alto custo de transação, que, por sua vez, pode desestimular os investimentos (BITENCOURT *et al* 20..).

Nesse sentido, o presente trabalho científico tem por finalidade diagnosticar e analisar as principais instituições e organizações de suporte para a cadeia do trigo no município de Palotina, Oeste paranaense. A importância de um ambiente institucional e



organizacional pode ser percebido pela maior concretização de ações voltadas ao fortalecimento da atividade em nível regional. Dessa forma, o aporte organizacional e institucional são condições essenciais para que os agentes sintam-se motivados a permanecer na atividade tríticola.

TRIGO: HISTÓRIA, CONTEXTOS E ATUALIDADES

O plantio do trigo no Brasil é anterior ao dos norte-americanos, argentinos e uruguaios, datando de 1820. Durante um século esta cultura foi mantida apenas por alguns produtores que plantavam o grão para seu consumo, em poucas e pequenas áreas. Após 1930 o cenário modifica-se. O processo de urbanização e de industrialização passou a requerer um suprimento diferente de alimentos. Uma das primeiras preocupações do governo recém instalado foi conceder incentivos financeiros à produção de trigo, visando o aumento da produtividade (CAFÉ et al, 2003).

A partir dos anos 60, o cultivo brasileiro de trigo observou um incremento em sua produção, partindo de um importante marco, que foi a criação da Comissão de Compra do Trigo Nacional (CTRIN), em 1962. Conjuntamente, houve esforços em pesquisas de variedades resistentes à doenças e o estabelecimento de um preço de incentivo ao trigo, criado pelo governo em 1967, que oficializava o monopólio estatal do setor moageiro nacional, composto à época por 489 moinhos, com capacidade registrada de moagem na ordem de 10 milhões de toneladas, mas que utilizava apenas 2,5 milhões de toneladas, registrando, portanto, uma ociosidade de 75% (TOMASINI E AMBROSI, 1998).

O governo dividiu o país em oito zonas de consumo e semestralmente distribuía cotas de trigo para a industrialização, tendo como base a capacidade de moagem registrada pelos moinhos, tornando compulsória a compra de trigo nacional, proibindo a importação de farinha. No entanto, havia mais capacidade industrial do que mercado, em função de algumas indústrias superestimarem suas instalações para obterem maiores cotas de trigo. Com a reorganização das cotas, o número de moinhos caiu para 178. Além disso, o governo fixou os tipos de farinhas a serem produzidas e passou a estabelecer o preço de venda do trigo e dos produtos. O governo comprou durante 23 anos o trigo doméstico e estrangeiro e o vendeu, em cotas semanais, aos moinhos (CAFÉ et al, 2003).

A partir de 1970, identificam-se três períodos distintos na produção de trigo no Brasil. A primeira fase corresponde ao período de 1970 a 1984, quando a produção atingiu 2 milhões de ton/ano. Neste período, o governo introduziu os subsídios ao consumo de farinhas para evitar que altas internacionais de trigo influíssem na inflação. Esse comportamento permaneceu no mercado brasileiro cerca de 15 anos, trazendo sérias



conseqüências, principalmente, quanto a qualidade do produto final (massas, biscoitos e pães) (CAFÉ et al, 2003).

A segunda fase, de 1985 a 1989, caracterizou-se pelo aumento da área cultivada e da produção, chegando bem próximo à auto-suficiência, quando a produção de trigo foi superior a 6 milhões de ton/ano. O terceiro período iniciou-se na década de 90, com o fim do controle estatal e a queda das barreiras tarifárias, que provocaram a redução da produção e a reestruturação da indústria. Foi preciso recorrer à modernização nas indústrias, ao planejamento e a uma política comercial mais agressiva, para tornar o setor competitivo mais tarde (TOMASINI E AMBROSI, 1998).

Essa ruptura teve, no caso do trigo, efeitos profundos, pois durante décadas a triticultura esteve baseada em programas de auto-suficiência, subsídio ao consumo, tabelamento de preços e monopólio governamental na comercialização. A queda na produção, o desestímulo e os menores custos para a importação, asseguraram períodos difíceis para a cadeia produtiva em questão.

Atualmente, o preço do produto importado é tido como o principal desafio. A Argentina possui condições de solo e clima privilegiados, conseguindo produzir trigo com custos extremamente baixos, por necessitar menos insumos, e estes possuem valor bem menor do que os praticados no Brasil, devido principalmente ao menor nível de impostos incidentes (EMBRAPA SOJA, 2010). Amparados por acordos do Mercosul, que extinguem as tarifas para importação, os argentinos conseguem exportar o cereal por preços inferiores aos de custo de produção do trigo brasileiro, dificultando o cultivo do grão no país.

Do ponto de vista da “segurança alimentar”, o país fica dependente de produção externa para um produto essencial no dia-a-dia de todos. As importações brasileiras procederam em 2009 da Argentina com 3,215 milhões de toneladas, Uruguai com 863 mil toneladas, Paraguai 820 mil toneladas, Canadá 302 mil toneladas e Estados Unidos com 218 mil toneladas (MAPA, 2010).

Diante dos altos números das importações, fica a idéia de um país dependente para a produção de trigo, o que hoje ocorre de fato. No entanto, o Brasil pode ser auto-suficiente na produção de trigo se aliar tecnologia e incentivo político, baseando-se em dados de produções passadas.

Nesse sentido, pode-se destacar o estado do Paraná como sendo o maior produtor nacional de trigo, com uma produção de cerca de 3.000.000 de toneladas prevista para a próxima safra (SEAB-PR 2010). Uma das melhores regiões agrícolas do Estado centra-se na microrregião de Toledo, Oeste paranaense, propícia ao cultivo de grãos, tendo o trigo como uma cultura ainda praticada no inverno, com um total de 220.000 toneladas produzidas nos aproximadamente 90.000 hectares cultivados em 2009. Este núcleo tem



jurisdição sobre 20 municípios localizados no oeste paranaense, sendo estes municípios estruturados para atender as necessidades dos produtores de trigo, tanto com a presença de organizações como também de instituições que fundamentam e viabilizam a produção do cereal.

A PARTICIPAÇÃO DOS AMBIENTES INSTITUCIONAL E ORGANIZACIONAL NO MUNICÍPIO DE PALOTINA

Um dos grandes pilares de fortalecimento de qualquer cadeia produtiva centra-se no ambiente institucional que fornece o suporte técnico, científico e de fomento para o crescimento e desenvolvimento de qualquer setor, independente do ramo de atuação. Sem o apoio e comprometimento de instituições responsáveis as atividades econômicas podem estar fadadas ao descrédito político e social.

Com relação à cadeia produtiva do trigo, através de pesquisa de campo, pode-se analisar a real participação das instituições de suporte à atividade em nível regional e local, no que tange ao município de Palotina, cenário estudado.

Um dos principais apoiadores da cadeia regionalmente centra-se no Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER), órgão vinculado à Secretaria da Agricultura e Abastecimento, que executa políticas de estado voltadas para os agricultores. Para tanto, utiliza-se de programas que têm por finalidade a impulsão das atividades agropecuárias. Através de incentivos como o Trator Solidário, a instituição negocia com as fábricas objetivando a redução dos preços para cerca de 25% do valor de mercado ou contribuindo para o financiamento estendido em até dez anos. Esse fator pode contribuir para que o agricultor modernize sua propriedade e alcance melhores resultados de produção.

Além desses programas, a EMATER também elabora planos de custeio de safra sem custos para agricultores familiares e com taxa de 2% sobre o financiamento para agricultores patronais, desde que as áreas estejam devidamente regularizadas com relação a Reserva Legal e Área de Proteção Permanente.

Segundo dados desta Instituição em Palotina, município sob jurisdição do núcleo regional de Toledo, atualmente cerca de 80 produtores dos mais de 3.500 existentes neste município dedicam-se ao trigo, sendo em sua totalidade “grandes produtores”, ou enquadrados como patronais. A razão principal deste abandono com relação à cultura tritícola pelos pequenos e médios produtores vem da completa ausência de uma política de governo voltada à cultura, não existindo sequer um preço mínimo estabelecido, e o que é pior, na atual safra, períodos sem preço de compra, existindo ainda nos armazéns da região trigo das safras passadas.



O resultado é a redução na área de plantio de trigo. O núcleo regional de Toledo que já teve neste cereal a principal cultura de inverno, nos últimos 8 anos destinou em média apenas 23% da área agricultável ao trigo, sendo que nas últimas 4 safras a média caiu para 17% (SEAB, 2010).

Mesmo com redução na área de plantio de trigo, observa-se que a produtividade manteve-se alta, variando de 37 sacas/ha até 42 sacas/ha, com exceção ao ano de 2006, quando fortes geadas castigaram a região baixando a média para 22 sacas/ha. Esta produtividade mostra que a cultura está adaptada à região, mantendo o estado do Paraná como líder na produção de trigo no país e a região da microrregião de Toledo, como uma das melhores para o trigo no Brasil.

Segundo dados da EMATER (2010), o custo mínimo de produção para o trigo na microrregião de Toledo, centra-se em R\$765,00/ha. Sendo mantida a média de produtividade dos últimos três anos, variando em torno de 2.500 kg/ha, e estimando-se um preço mínimo baixo (em torno de R\$ 20,00/ha) a cultura tritícola seria facilmente viável, pois nesse preço - que está abaixo do ideal - seriam necessárias cerca de 35 sacas/ha para cobrir os custos, valor abaixo do obtido com a produtividade dos últimos anos, que esteve entre 37 e 42 sacas/ha. Mesmo com essa boa perspectiva, alguns agricultores preferem não arriscar, chegando a declarar que mesmo que houvesse uma política de preços definida para o trigo, prefeririam investir em “milho safrinha”, por exemplo, por ter destinação certa para o produto, preços mais atrativos e menos despesas de investimento para uma época crítica quanto ao clima¹.

Segundo informações repassadas pelos produtores em entrevistas semi-estruturadas, o não abandono desta cultura de inverno se dá especialmente pelo fato desta apresentar grande poder de manejo do solo. A rotação de culturas se mostra primordial, sendo o trigo uma gramínea de enraizamento mais superficial, com característica de “afogar a terra”, deixando o solo em melhores condições para o plantio de uma cultura de verão, através do plantio direto. Porém, diante de sua inviabilidade econômica ele vem sendo substituído por novas técnicas, como o consórcio entre o capim ‘brachiaria’ e o milho, que conseguem ao mesmo tempo preparar o solo e gerar renda.

No entanto, são os grandes produtores que ainda podem “arriscar” com uma cultura sem política de preço, por destinarem apenas uma pequena parte de suas áreas para o trigo. Também, podem armazenar sua produção e vender em épocas de melhores preços, sendo inviável o risco para os pequenos, que necessitam vender sua produção de imediato para conseguir viabilizar uma próxima safra. Dessa forma, estes preferem investir em

¹ Entrevistas concedidas por agricultores do município de Palotina, Oeste paranaense no mês de junho de 2010.



culturas como o milho, que na pior das hipóteses, pode ser utilizada na alimentação do gado, na forma de silagem.

Outro fator que se deve considerar para a tomada de decisão quanto ao plantio de trigo centra-se nas questões da maior utilização de insumos para o controle de doenças e para garantir menor acidez do solo para o plantio. Uma grande proporção dos solos disponíveis para o trigo é ácida, possui alumínio tóxico. Isso leva a aumento na utilização de agroquímicos, onde o Brasil é dependente em termos de importação, elevando o custo para o produtor, reduzindo sua competitividade (ABITRIGO, 2005).

Diante de tantos obstáculos e dificuldades, alguns programas tentam promover a triticultura brasileira, dentro de pacotes generalistas para a agricultura. Os agricultores com faturamento anual de até R\$110.000,00 possuem alguns incentivos do governo federal através do PRONAF (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar), onde o produtor tem acesso a taxas subsidiadas para aquisição de máquinas, carros utilitários, tratores e equipamentos. Para o trigo, desde que aplicada uma tecnologia mínima de adubação, o produtor pode conseguir financiamento de custeio de safra total, tanto através do Banco do Brasil como da Cooperativa de Crédito, podendo quitar esta dívida em até 2 anos após a colheita com juros que variam de 1 a 5,5% ao ano. No entanto, o sindicato em Palotina, não tem registro de nenhum produtor familiar para trigo desde que o PRONAF existe. Isto pode caracterizar a desmotivação e o próprio desinteresse deste produtor em arcar com riscos tão altos que a cultura apresenta.

No caso dos produtores vinculados ao Sindicato Patronal, embora o órgão seja representante dos produtores perante a CNA (Confederação Nacional da Agricultura) e a FAEP (Federação da Agricultura do Estado do Paraná), os resultados em prol dos produtores no que envolve a questão do trigo têm sido insignificantes. Os poucos resultados concretos obtidos dizem respeito a negociações em caso de frustrações de safras e prorrogação de dívidas, com um exemplo claro de avanço na questão do seguro agrícola (PROAGRO), segundo dados do sindicato em Palotina. Outra conquista para a qual o sindicato colaborou ocorreu através do PROGER (Programa de Geração de Emprego e Renda) que será substituído pelo Pronamp (Programa de apoio ao médio produtor rural) que fixou a taxa de juros para financiamentos de custeio de safra em 6,25% ao ano.

Quanto a incentivos municipais, a prefeitura de Palotina colabora com a conservação das estradas rurais, em função do escoamento das safras, não existindo nenhum programa específico para a cultura do trigo, a não ser em períodos não contínuos.

A falta de interesse na cultura tritícola, mesmo por parte dos grandes produtores é tão grande, que pode ser medida pela procura e oferta de cursos técnicos mantidos pelo Sindicato Patronal. Dos 260 cursos gratuitos oferecidos pela instituição em Palotina,



nenhum é específico para o trigo. Não há interesse por parte dos produtores, assim como, são poucas as novidades sobre a cultura. Atualmente, existem no mercado mais de 50 diferentes variedades de soja, mais de 70 de milho e em torno de 10 de trigo, sendo que 2 ou 3 apenas têm conseguido um mercado razoavelmente forte na microrregião de Toledo, algumas desenvolvidas pela COODETEC (Cooperativa Central de Pesquisa Agrícola), de Cascavel, comercializadas há mais de 20 anos².

Mesmo com a falta de incentivo por parte do governo, empresas cerealistas, cooperativas, empresas de planejamento e assistência técnica buscam saídas para a situação, seja via decisões próprias ou baseadas em propostas governamentais. Tentativas de desburocratização para facilitação de financiamentos têm sido buscadas via OCEPAR – Organização das Cooperativas do Estado do Paraná, assim como subsídios pontuais para não deixar títulos de agricultores vencerem e ficarem sujeitos à taxas de juros inviáveis, em função de safras perdidas ou, no caso do trigo, não comercializadas por falta de preço e de compradores³.

Programas federais como o PEP (Programa de Escoamento da Produção) da Conab (Companhia Nacional de Abastecimento), empresa pública vinculada ao Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento buscam dar fluxo para alguns produtos que estejam armazenados em algumas regiões do país por falta de preço ou qualidade. No caso do trigo, só pode ser destinado ao PEP, trigo de ótima ou boa qualidade, sendo que as empresas cerealistas buscam participar deste prêmio por ele oferecer maior preço de venda do que na comercialização direta aos moinhos (CONAB, 2002)

No entanto, apesar de venderem seu trigo por preço melhor através do PEP, o governo causa alguns inconvenientes para as empresas e cooperativas. A retirada do produto nem sempre ocorre de imediato, ficando as despesas de armazenagem com a vendedora, exigindo que a mesma qualidade existente no momento do leilão, esteja presente quando da retirada do produto, num intervalo de tempo que pode levar mais de um ano. Nesse período, a empresa cerealista deve manter a qualidade do trigo por meio da aplicação de inseticidas gasosos, necessário para proteger o trigo contra carunchos e ácaros, sendo o custo deste procedimento debitado da empresa ou cooperativa (Silva, 2010).

Cabe ressaltar que os programas de governo para compra de trigo, só valem para o grão de ótima e boa qualidade, sendo o produto destinado geralmente para as regiões

² Dados obtidos através de pesquisa de campo no município de Palotina em junho de 2010.

³ Entrevista concedida pelo gerente de divisão do moinho Cotriguaçu – Palotina, Acir Martins da Silva em junho de 2010.



sudeste e nordeste do Brasil, maiores consumidores de trigo do país, enquanto o trigo de baixa qualidade tem sido exportado para a África (Silva, 2010).

Mesmo não existindo uma busca constante por inovações tecnológicas voltadas à cultura de trigo, tanto empresas cerealistas como centros de pesquisas continuam trabalhando no melhoramento e desenvolvimento de novas cultivares, visando incrementar a pouca produção com alta produtividade. Nos chamados “dia de campo de inverno”, empresas, cooperativas, multinacionais e técnicos apresentam as mais novas e modernas implementações tecnológicas e científicas aplicadas as mais variadas culturas típicas da estação fria.

No caso específico do trigo, será apresentada aos agricultores a nova classificação do trigo, modificada pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) neste ano de 2010 e que passará a vigorar a partir de 2011. O trigo sempre foi classificado de acordo com seu ph - peso do hectolitro - sendo considerado de qualidade aquele que apresentasse um ph superior a 78. A partir de Julho de 2011 entrará em vigor a nova regulamentação, passando a classificar o trigo de acordo com sua atividade enzimática ou força de glúten, exigindo assim mais critério dos laboratórios, além de mais cuidados na produção para atingir índices mais elevados (FAEP, 2010).

Com a mudança da regra, os produtores terão que avaliar melhor antes de plantar. Se o preço de mercado estiver abaixo do preço mínimo durante o período de comercialização, o produtor que colher um trigo de menor qualidade poderá ficar no prejuízo e sem apoio do governo. (FAEP notícias, 2010).

Desta forma, a cultura do trigo parece fadada a uma constante e crescente análise criteriosa, estabelecendo-se parâmetros de qualidade cada vez maiores, buscando atender às exigências de indústrias e consumidores, deixando o agricultor cada vez mais isolado, sem apoio governamental, dificultando e inviabilizando a produção nacional, tornando o Brasil mais dependente de importações de trigo.

A constante necessidade por farinha de trigo em função de sua essencialidade, torna a presença do cereal obrigatória, para que os moinhos produtores consigam manter a demanda, seja com trigo nacional ou importado.

O DEPOIS DA PORTEIRA DA CADEIA DO TRIGO NO MUNICÍPIO DE PALOTINA

Hoje no Brasil, quatro grandes moinhos controlam e dominam o mercado de trigo e farinha, caracterizando um oligopólio do setor, principalmente quando o produto é destinado ao consumo doméstico. Bunge, J. Macedo (farinha Dona Benta), M. Dias Branco e Anaconda são os principais processadores do cereal, cada um marcando presença em determinada região do país, com tradição e força, determinando preços e mercados.

V EPCT

Encontro de Produção Científica e Tecnológica
26 a 29 de outubro de 2010

NUPEM
Núcleo de Pesquisas Multidisciplinar

FECILCAM
Fórum Brasileiro de Qualidade



O Brasil possui hoje uma capacidade instalada capaz de moer 15.000.000 de ton/ano e um consumo de 10.500.000 ton/ano, o que corresponde a cerca de 1/3 do parque industrial brasileiro ocioso. Após a liberação do mercado por parte do governo em 1990, ocorreu um “inchaço” no setor (ausência de barreiras à entrada), levando a este desequilíbrio, que fica ainda mais acentuado se considerar que a atual produção de trigo corresponde a 5.000.000 de ton/ano, ou seja, o Brasil importa mais da metade do trigo consumido internamente.

No município de Palotina encontra-se situado o maior moinho da microrregião de Toledo, o Cotriguaçu. Formado pela ação de quatro cooperativas da região Oeste do Paraná (C.Vale, Coopavel, Lar e Copacol), atua na compra de 1/3 da produção de trigo de cada afiliada, estabelecendo uma comercialização intracadeia, sendo que atualmente a capacidade de moagem deste moinho é de 400 ton/dia, o que corresponde a 100.000 ton/ano. A maior produção alcançada foi de 128.000 toneladas em um ano e a meta para 2010 é alcançar 115.000 toneladas, dos quais 23.000 toneladas (20%) de trigo são importados da Argentina.

Da moagem do trigo obtém-se 75% de farinha e 25% de farelo que é destinado à produção de ração. Segundo informações fornecidas pelo gerente de divisão do moinho Cotriguaçu em Palotina, pode-se produzir até 30 tipos de farinhas diferentes, sendo a “farinha especial” (tipo 1) àquela procedente da parte nobre do grão, que produz uma farinha muito branca, utilizada na fabricação de pães e massas, que classifica um trigo como melhorador ou pão. Já a “farinha comum” (tipo 2) é obtida da moagem da parte interna do grão, produzindo uma farinha mais escura, destinada à produção de biscoitos. Tanto a farinha especial como a comum podem ser encontradas em supermercados para uso doméstico, por preços diferentes. Da casca do trigo obtém-se o farelo.

O moinho Cotriguaçu é o primeiro da América Latina a receber a certificação ISO 9001 (Gestão de Qualidade nos Negócios) e a ISO 22000 (Gestão da Segurança dos Alimentos), como também, possui o primeiro laboratório de moinho credenciado pelo MAPA – Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento, já padronizado para efetuar as análises relativas à nova classificação. Todo esse conceito de qualidade tem resultado em fechamentos de contratos muito interessantes, como o assinado com a empresa de biscoitos Nestlé, que efetuou uma auditoria nos procedimentos e instalações do moinho Cotriguaçu para verificação de conformidade com os padrões de qualidade exigidos pela multinacional. O moinho local passará a fornecer farinha de trigo para produção de biscoitos da Nestlé em Marília, estado de São Paulo. Para este moinho, o foco está nas indústrias de biscoitos e massas dos estados das regiões Sudeste e Centro-Oeste, não destinando sua produção ao consumo local.



O moinho de Palotina importa da Argentina tanto o trigo como a farinha, e embora o custo dos produtos seja mais baixo quando importado, a farinha é de baixa qualidade, sendo o trigo argentino equivalente em qualidade ao trigo brasileiro, quando produzido em condições ideais de clima e tratamento. Sob a ótica da qualidade, o Senai (Serviço Nacional de Aprendizado Industrial) em conjunto com a Abitrito (Associação Brasileira da Indústria do Trigo), estão montando na Faculdade Assis Gurgacz em Cascavel no estado do Paraná, um Moinho Escola, para direcionar e capacitar trabalhadores para a indústria moageira nacional, com um curso equivalente com o que era buscado pelos moinhos brasileiros na Suíça. Este empreendimento pode aumentar a competitividade do setor internacionalmente.

Em nível local, também existem tentativas de favorecer e incentivar o produtor. Estudos e treinamentos são desenvolvidos pelo moinho palotinese, que reúne agrônomos e técnicos das cooperativas afiliadas com o propósito de definir qual a melhor variedade de trigo para cada localidade, buscando atingir o melhor desempenho de acordo com a nova classificação, para que o produtor obtenha o melhor resultado. O objetivo final deste processo de treinamento é tornar o trigo das cooperativas do Oeste paranaense tão reconhecido por sua qualidade, a ponto de se tornar uma marca, uma “grife”.

Além de condições técnicas e edafo-climáticas, a região de Palotina possui profissionais interessados e capazes para orientar agricultores comprometidos com a produção de qualidade que o trigo paranaense pode alcançar. Desta forma, o produto final da cadeia, seja na condição de pão, massas ou biscoitos, terá na farinha de trigo o reconhecimento de qualidade de um trabalho qualitativo, deste o plantio até a moagem.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante das realidades observadas na microrregião de Toledo, constatou-se que o cultivo do trigo na região, mesmo com as dificuldades inerentes ao clima e solo, apresenta produtividades médias satisfatórias, tendo seus custos facilmente recuperados se houvesse um preço mínimo estabelecido e praticado.

Atualmente, a região tem no “milho safrinha” o principal concorrente ao cultivo do trigo, pelo fato do milho possuir maior versatilidade de uso. Além de preço definido, o cereal pode ser absorvido na propriedade como alimento para animais ou servir como moeda de troca na compra de rações para suínos e aves, que possuem uma cadeia maior, mais forte e mais abrangente nos municípios sob jurisdição do núcleo estudado.

A ausência de política governamental para a cultura do trigo cria uma lacuna na cadeia produtiva gerando incerteza. Embora existam instituições de suporte à atividade que proporcionam melhores condições de produtividade, financiamentos, acesso a insumos, assistência técnica, seguro agrícola e beneficiamento do produto, o produtor ainda não se



sente impulsionado a produzir. O preço e o produto importado derrubam as poucas oportunidades de crescimento desta cultura nacionalmente, e isso pode ser um fator preponderante para que a dependência se acentue.

REFERÊNCIAS

ABITRIGO, Associação Brasileira da Indústria do Trigo. **História do Trigo**. 2005. Disponível em: <http://www.abitrigo.com.br/historia_do_trigo2e.asp> Acesso em: 5 de junho de 2010.

BITENCOURT M. B. **Análise do ambiente institucional e organizacional da piscicultura no Estado de Mato Grosso do Sul**. Artigo. Anais do XLVI Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural – SOBER, Rio de Janeiro, 2008.

CAFÉ, S. L. et al. **Cadeia Produtiva do Trigo, Histórico**. BNDS Setorial, Rio de Janeiro, nº 18, pág. 193-220, set. 2003.

CONAB. **Regulamento para oferta de prêmio para escoamento de produto (PEP)**. Disponível em: <http://www.conab.gov.br/conabweb/download/comercializacao/arq_link_menu/regulamento_pep_012002.pdf>. Acesso em: 06 de setembro de 2010.

EMBRAPA. **História do Trigo no Brasil**. Embrapa Soja, 2010. Disponível em: <http://www.cnpso.embrapa.br/index.php?cod_pai=6&op_page=91> Acesso em: 5 de junho de 2010.

FAEP. **Federação da Agricultura do Estado do Paraná**. 2010. Disponível em: <http://www2.faepe.com.br/noticias/exibe_noticia.php?id=2390> Acesso em: 5 de junho de 2010.

FAEP. **Novo regulamento técnico vai exigir trigo com mais qualidade**. 2010. Disponível em: <http://www2.faepe.com.br/noticias/exibe_noticia.php?id=2390>. Acesso em: 06 de setembro de 2010.

MAPA. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **Importação de trigo**. Disponível em: <http://www.agricultura.gov.br/pls/portal/docs/PAGE/MAPA/MENU_LATERAL/AGRICULTURA_PECUARIA/COMERCIALIZACAO_AGRICOLA/TRIGO-2010_0.PDF>. Acesso em: 07 de setembro de 2010.

SAES, M. S. M. Organizações e Instituições. In: ZYLBERSZTAJN, D.; NEVES, M. F. (Org.) **Economia e gestão de negócios agroalimentares**. São Paulo: Pioneira, 1999, Cap. 8, p. 165-170.

SEAB-PR. Secretaria da Agricultura e do Abastecimento do Estado. **Estimativa de Safra**. 2010. Disponível em: <<http://www.seab.pr.gov.br/>>. Acesso em: 02 de Setembro de 2010.

SILVA A. M. Entrevista. **Gerente de Divisão do Moinho Cotriguaçu em Palotina – PR**. Entrevista concedida em Junho de 2010.

TOMASINI R. G. A. E AMBROSI I. **Aspectos Econômicos da Cultura de Trigo**. Artigo. 1998. Disponível em: <<http://webnotes.sct.embrapa.br/pdf/cct/v15/cc15n204.pdf>>. Acesso em: 06 de Setembro de 2010.